Introdução à Agenda 21 Local: um guia para eleitos e técnicos em perguntas e respostas

Proposta de estrutura[1]

---

[1] Elaborado por José Silvestre, jmpsilvestre .a.t. gmail .d.o.t. com .

Este documento foi produzido a partir de duas versões incompletas de um Guia para a Agenda 21 Local começado a escrever por José Silvestre (últimas alterações em Março de 2006) mas nunca concluído até hoje (Outubro de 2006). Significa isto que já existe texto escrito, mais ou menos aprofundado, para diversas das secções do guia.

Caso esteja interessado em obter mais informação, por favor contacte o autor, ou visite http://www.agenda21local.info/ e http://sustentavel.blog.com , onde provavelmente várias secções do guia já redigidas serão disponibilizadas num futuro próximo na forma de artigos.

Introdução

Contextualizar o guia, motivar o leitor e resumir os conteúdos.

→ Problemas ambientais e sociais, no mundo, no país e na região. → Consequente evolução do conceito de desenvolvimento, até ao DS – começar-se-á por defini-lo. → DS só é possível com novas abordagens: novos métodos, novas atitudes – explicar-se-á os princípios da sustentabilidade. → A A21L enquanto ferramenta para o DS – proporcionar-se-á abundante informação e referências sobre a A21L, que facilite a decisão de avançar com ela ou não, e também a sua eventual implementação. → Finalmente – descrever-se-á a situação do litoral alentejano em matéria de DS. → Partes I e II de carácter geral, parte III mais específica do litoral alentejano.

Perguntas e respostas

I Desenvolvimento Sustentável

1. O conceito de desenvolvimento sustentável

→ Explicar o conceito e as suas implicações práticas.

1.a. Em poucas palavras, o que se entende por "desenvolvimento sustentável"?

→ Definições comuns: Brundtland, PNUA, etc.. → DS e "sustentabilidade". → Ambiguidades do conceito. → Manipulações do conceito.

1.b. Quais as dimensões da sustentabilidade?

→ Ambiental, económica, social. → Outras que se relacionam com estas: cultural, institucional/ da governância, …

1.c. Em que princípios assenta o desenvolvimento sustentável?

→ Aqueles princípios, essencialmente de gestão ambiental e de tomada de decisão, que são referidos pelo menos em alguns textos sobre o DS: precaução, participação, subsidiariedade, …

Enunciá-los, explicar de forma muito sucinta, e dar referências.

2. A urgência do desenvolvimento sustentável

2.a. *Quais as principais ameaças – manifestações de insustentabilidade – com que se depara a Humanidade?*

→ Capacidade de carga dos sistemas naturais foi excedida. → Impossibilidade de antecipar todos os impactos. → Dar valor ao estético e àquilo cuja utilidade futura se desconhece. → Problemas sociais e económicos: desinteresse pela política; desigualdades económicas e suas implicações éticas e económicas, "poverty trap"; escassez de recursos para economia; uniformização cultural. → Temas da A21L e problemas relacionados. → Problemas das cidades.

2.b. *Como é que o conceito de "desenvolvimento sustentável" se afirmou internacionalmente?*

→ Perspectiva histórica, sobretudo internacional: explicar por que razão o conceito surgiu e se foi disseminando, e mostrar que ele tem recebido uma adesão crescente.

⇒ *«Como surgiu e se difundiu o conceito de "Agenda 21 Local"?».*

2.c. *Onde está estabelecido o nosso compromisso internacional e nacional com o desenvolvimento sustentável?*

→ Agenda 21. → Joanesburgo. → ENDS. → …

⇒ *«Existe algum compromisso assumido no sentido da elaboração de Agendas 21 Locais?»*

3. Rumo à sustentabilidade

Explicar o que tem que mudar para que o desenvolvimento sustentável aconteça, e mostrar que a A21L contribui para essa mudança.

Sensibilizar os autarcas para a sua importância no processo, mas deixar clara a necessidade de envolver toda a comunidade.

3.a. *Que transformações devemos operar na sociedade e na forma como a pensamos, para que o desenvolvimento sustentável se torne uma realidade?*

→ Planeamento estratégico. → Participação pública. → Intervir em todas as escalas: "pensar global, agir local".

3.b. *A implementação da Agenda 21 Local (A21L) é uma das formas de promover o desenvolvimento sustentável?*

→ A21L aplica os princípios referidos atrás.

Remeter para outras secções, específicas da A21L, para "provas" e mais detalhes.

⇒ *«Quais as características fundamentais de uma A21L?»*

3.c. *De quem depende a concretização do desenvolvimento sustentável?*

Autarquia local

→ Autarquia: decisor, empregador, consumidor de recursos. → Medidas internas (e.g. reorganização, redução do consumo) e externas (e.g. planeamento, parcerias). → Autarquia enquanto elemento chave da A21L – referir apenas, encaminhar para secção própria.

Cidadãos

→ Cidadãos soberanos; insuficiência da representação, necessidade da participação. → Diversidade de saberes, experiências, sensibilidades, informações. → Todos nós, independentemente da nossa profissão e dos nossos papéis sociais, somos cidadãos antes de mais. → Lugar central na A21L.

Entidades colectivas

→ Papel das entidades colectivas (associações, organismos públicos, empresas…), como representantes e como agentes.

⇒ *«Qual o papel das autarquias no processo de A21L?» (Papel central da autarquia.)*

⇒ *«Fórum 21 (fórum participativo)» (Alguns dos actores locais a incluir no processo.)*

II Agenda 21 Local

4. Introdução à Agenda 21 Local

Ser sucinto nesta secção.

Deixar os detalhes procedimentais para:

⇒ *«Passar à prática»*

4.a. Em poucas palavras, o que é a A21L?

→ Em sentido estrito: plano de acção local, estratégico e participado, para o desenvolvimento sustentável. → A21L como versão local da A21, explicação desta. → Importância do processo.

⇒ *«Quais as características fundamentais de uma A21L?»*

⇒ *«Quais as diferenças e os consequentes benefícios da A21L face a outros instrumentos de planeamento e ordenamento?»*

4.b. Como surgiu e se difundiu o conceito de "Agenda 21 Local"?

→ Agenda 21, Capítulo 28. → Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, Carta de Aalborg. → …

CORRIGIR: 24 a 27 de Maio de 2005 → 1994!?

⇒ *«Como é que o conceito de "desenvolvimento sustentável" se afirmou internacionalmente?»*

4.c. Quais as características fundamentais de uma A21L?

→ O processo e as metodologias são mais importantes do que o produto final.

Participação

→ Participação como característica mais distintiva da A21L. → Porquê (breve). → De quem (breve). De que modo (breve, redireccionar).

⇒ *«Em que instrumentos e técnicas assenta o processo de A21L?» (Técnicas para a implementação da PP.)*

⇒ *«Quais as etapas do processo de A21L?»*

⇒ *«Participação pública»*

⇒ *«Em que princípios assenta o desenvolvimento sustentável?»*

Planeamento estratégico

→ A21L deve ser concisa e operacional, propor acções concretas.

Atenção ao termo, que parece ter um significado técnico muito preciso não muito bem dominado por mim.

⇒ *«Plano de Acção»*

Transversalidade, integração

→ A21L transversal a vários sectores. → Quais. → Porquê. → Como: articulação entre entidades locais; articulação entre serviços (nomeadamente da CM); articulação entre planos sectoriais.

⇒ *«Quais as dimensões da sustentabilidade?»*

⇒ *«Em que princípios assenta o desenvolvimento sustentável?»*

Continuidade

→ Em que consiste a continuidade. → A sua necessidade. → A falta que ela faz noutros processos de planeamento.

⇒ *«Em que princípios assenta o desenvolvimento sustentável?»*

→ Outras características recomendáveis.

⇒ *«Em que princípios assenta o desenvolvimento sustentável?»*

4.d. Quais as diferenças e os consequentes benefícios da A21L face a outros instrumentos de planeamento e ordenamento?

→ Difere da maioria pela forma como incorpora a participação. → Benefícios da participação. → Difere dos PMA pela abrangência temática. → Benefícios da transversalidade.

⇒ *«Em que princípios assenta o desenvolvimento sustentável?»*

4.e. Existe algum compromisso assumido no sentido da elaboração de Agendas 21 Locais?

→ Compromisso expresso na Agenda 21. → Número crescente de signatários da Carta de Aalborg. → Orientações europeias.

⇒ *«Onde está estabelecido o nosso compromisso internacional e nacional com o desenvolvimento sustentável?»*

4.f. Qual a situação da A21L no mundo, na Europa e em Portugal?

→ Mundo: sobretudo Europa, mas experiências interessantes em PVD. → Europa: sobretudo países nórdicos, mas mesmo aí nem sempre % é elevada – Alemanha. → Portugal: poucas A21L. → Diversidade de abordagens, nem sempre muito convencionais. → Oeiras: designação diferente mas filosofia igual, salvo autoria da visão, continuidade, caracterização detalhada das acções. → Cascais: é na verdade um PMA: http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Viver/Ambiente/Programas_projectos/Agenda_Local_21.htm.

⇒ *«Existe no litoral alentejano algum exemplo de A21L ou outros processos participativos?»*

Transferir os conteúdos seguintes para as secções em que sejam mais relevantes como exemplos.

Oeiras

→ Quando se iniciou, quando terminou. → Designação diferente mas filosofia igual. → Princípios respeitados: pluri-sectorialidade, Grupo Técnico de Acompanhamento/ Grupo de Acompanhamento (eleitos), participação pública, formato do Plano. → Princípios não respeitados: elaborar visão pela população, continuidade, caracterização detalhada das acções.

Arraiolos

→ Quando iniciou. → Estruturas criadas e suas funções. → Expressão da participação pública.

5. Passar à prática

5.a. Quais as etapas do processo de A21L[2]?

As primeiras etapas aqui referidas pressupõem que iniciativa partiu da Câmara Municipal. Não tem que ser assim…

Comprometimento político

→ Assinatura da Carta de Aalborg.

Selecção da Equipa Técnica de Execução do Plano

→ A necessidade de uma equipa técnica externa. → Por que deve ser primeiro passo.

⇒ *«A quem recorrer para prestar acompanhamento técnico a um processo de A21L?»*

Constituição do Grupo de Trabalho 21 (GT21)

→ Necessidade do GT21: tarefas que terá que ser ele a desempenhar (sucinto, remeter para detalhes). → Composição (sucinto, remeter para detalhes).

⇒ *«Grupo de Trabalho 21 (GT21)»*

Mobilização do interesse público

→ Necessidade de uma campanha de mobilização. → Ligação para onde podem ser encontrados métodos para tal.

⇒ *«Comunicação».*

Constituição do Fórum 21

→ Fórum 21 como uma de diversas formas de participação. → Importância de ser criado cedo; por que não mais cedo.

⇒ *«Fórum 21» em «Detalhes sobre temas escolhidos»*

Diagnóstico para a sustentabilidade

→ Necessidade de conhecer e compreender. → Necessidade de priorizar.

⇒ *«Diagnóstico para a Sustentabilidade»*

⇒ *«Análise (recolha e processamento de informação)»*

---

[2] Por "processo de Agenda 21 Local" entende-se aqui toda a sequência de etapas desde a preparação da Agenda 21 Local até à sua revisão. Ver o comentário final na resposta à questão *«Em poucas palavras, o que é a A21L?»*.

Elaboração e aprovação do Plano de Acção

→ Características essenciais do plano. → Importância da participação pública (referência breve). → Formas de participação. → Sequência de planeamento. → Quem aprova.

⇒ *«Plano de Acção»*

Implementação

→ Importância prática e pedagógica de que a implementação ocorra, sem grande demora. → Possibilidade de incorporação de outras acções.

Monitorização e avaliação

→ Importância da monitorização e avaliação. → O que deve ser monitorizado e avaliado. → Quem monitoriza. → Princípios para uma monitorização eficaz. → Alguns métodos.

⇒ *«Indicadores»*

Revisão

→ A21L como processo cíclico, sendo a revisão a fase inicial do novo ciclo.

5.b. Qual o papel das autarquias no processo de A21L?

Autarquia responsável pelo plano

→ Pode ser município ou freguesia. → Autarquia conduz processo e seu presidente deve estar envolvido. → Autarquia aprova plano. → É a única que pode criar certos instrumentos legais e financeiros. → É a única com recursos para implementar certas acções. → Pode aplicar princípios internamente.

⇒ *«De quem depende a concretização do desenvolvimento sustentável?» (Implicações da A21L no funcionamento da autarquia: ligações interdepartamentais, incorporação da sustentabilidade nas políticas e procedimentos.)*

Coordenação e cooperação entre autarquias

Necessidade de articulação entre municípios: → Questões da sustentabilidade atravessam limites administrativos; → As soluções para certos problemas (infraestruturas, pressões) são inviáveis ou ineficazes à escala municipal. → A21L: articulação sim, mas participação aconselha a escala municipal ou sub-municipal – raros exemplos multimunicipais. → Exemplos de articulação intermunicipal. → Possíveis recursos comuns, e.g. pessoal especializado nos processos participativos!

→ Redes portuguesas: CIVITAS, Leader… → Redes internacionais para a A21L e o DS. → Outras redes internacionais relevantes para o DS…

⇒ *«Com que entidades locais poderão as autarquias estabelecer parcerias?»*

5.c. Que recursos devem ser assegurados antes de se iniciar um processo de A21L?

→ Recursos humanos, formação; endógenos devidamente formados, ou externos. → Recursos financeiros. → Recursos logísticos: espaços, estruturas de comunicação… → Recursos sociais: cultura participativa.

⇒ *«Quais as possíveis origens de financiamento para o processo de A21L?»*

⇒ *«A quem recorrer para prestar acompanhamento técnico a um processo de A21L?»*

5.d. *Em que instrumentos e técnicas assenta o processo de A21L?*

→ Tipos de instrumentos: estruturas de coordenação e decisão, espaços de trabalho e divulgação, diagnósticos, questionários, técnicas de facilitação e participação, indicadores de progresso, etc.. → Já estão bem pensados. → Difícil classificá-los e referi-los de forma estruturada. → Criada secção própria onde eles são ordenados alfabeticamente.

⇒ *«Detalhes sobre temas escolhidos»*

6. Problemáticas associadas ao processo de Agenda 21 Local

Referir as questões, proporcionar elementos para que o leitor identifique as respostas, mas não pretender dar respostas definitivas.

6.a. *Quais as dificuldades mais frequentemente sentidas durante o processo de A21L?*

Participação

→ Desinteresse e desconfiança da parte da autarquia: ideia de que cidadão não compreenderá os problemas ou não terá maturidade democrática. → Desinteresse e cepticismo da parte dos cidadãos, alguns exemplos. → Mas os problemas e receios podem ser ultrapassados com técnicas adequadas.

⇒ *«Participação pública».*

⇒ *«Quais os principais obstáculos à implementação da A21L no litoral alentejano?»*

Comunicação

→ Necessidade de comunicar eficazmente a informação sobre o processo e as suas vantagens e riscos, e a informação de base para a decisão (diagnósticos, oportunidades…). → Necessidade de uma estratégia de comunicação

⇒ *«Comunicação»*

⇒ *«Gabinete 21 (espaço de divulgação)»*

⇒ *«Sítio na Internet»*

6.b. *Quais os riscos da A21L?*

→ Riscos se for demasiado abrangente e ambiciosa: → Resistências à participação: → se for impossível construir consensos, → se as expectativas à partida forem altas demais, → se tardarem a aparecer resultados. → Risco de que custos excedam benefícios. → Risco de manipulação da participação.

⇒ *«Quais as dificuldades mais frequentemente sentidas durante o processo de A21L?»*

6.c. *Existem alternativas à A21L?*

→ Risco de deturpação do modelo. → Hipótese de que PMA seja mais adequado a Portugal. → PMA não satisfaz todos os princípios da A21L internacionalmente consagrados, nomeadamente pluri-sectorialidade. → Outros modelos de planeamento (valorizar experiências alternativas, contra o uniformismo). → A21L tem a vantagem de estar melhor consolidada, mas há que considerar alternativas.

⇒ *«Quais as diferenças e os consequentes benefícios da A21L face a outros instrumentos de planeamento e ordenamento?»*

⇒ *«Como articular a A21L com os instrumentos de planeamento e ordenamento já existentes?»*

6.d. *Como articular a A21L com os instrumentos de planeamento e ordenamento já existentes?*

→ Aproveitar: não substituir nem fazer de novo. → Identificar e articular instrumentos existentes. → Satisfazer princípios: validar pela participação; confirmar abrangência, completar. → Alguns dos instrumentos a ter em consideração, em Portugal (e no litoral alentejano em particular – discutido em sede própria).

⇒ *«Quais as diferenças e os consequentes benefícios da A21L face a outros instrumentos de planeamento e ordenamento?»*

7. Em busca de apoios

7.a. *Quais as possíveis origens de financiamento para o processo de A21L?*

→ INTERREG III. → Leader+. → porAlentejo. → Financiamento pelos actores locais. → Assegurar com antecedência.

⇒ *«Como financiar a A21L no litoral alentejano?»*

7.b. *A quem recorrer para prestar acompanhamento técnico a um processo de A21L?*

→ Referir não as entidades mas as formas de as localizar: e.g. ver páginas de A21Ls. → Eventualmente as associações de municípios poderão desenvolver recursos próprios…

Ter o cuidado de apontar para diferentes abordagens: CIVITAS, ESB, MRPartidário/CESUR, empresas (via respectivas A21L ou directório).

⇒ *«Qual a situação da A21L no mundo, na Europa e em Portugal?»*

7.c. *Aprendendo com os pares: onde encontrar exemplos de A21L inspiradores?*

→ Projectos premiados: ABAE; ICLEI; concurso bianual em que intervém o CIVITAS; LASALA (ver e-carta). → Projectos de municípios com características sócio-económicas e geográficas semelhantes. → Reencaminhar para exemplos neste guia.

Referir tanto municípios que já iniciaram, como alguns que estão ainda a preparar o processo.

Ter o cuidado de apontar para diferentes abordagens.

⇒ *«Qual a situação da A21L no mundo, na Europa e em Portugal?»*

7.d. *Onde obter mais informação acerca da A21L e do desenvolvimento sustentável?*

→ Referências adicionais não estudadas aqui. → Referências a listas de referências.

III Litoral Alentejano

8. Agenda 21 Local e iniciativas relacionadas no litoral alentejano

→ Planos e iniciativas que existem. → Planos e iniciativas projectadas.

8.a. *Existe no litoral alentejano algum exemplo de A21L ou outros processos participativos?*

→ Nenhuma A21L no litoral alentejano.

Planos Municipais de Ambiente

→ PMA de Santiago do Cacém.

Outras experiências de participação pública

→ O funcionamento dos GAL…

8.b. Existem no litoral alentejano outros planos estratégicos (não participativos)?

→ Alcácer do Sal.

8.c. Que iniciativas estão previstas para o litoral alentejano, com relevância para a implementação da A21L e dos seus princípios?

Planos intermunicipais

→ Plano estratégico para o Litoral Alentejano, em desenvolvimento pela Regi.

Planos municipais

→ PEDS de Grândola, alguma coisa em Sines…

Criação e difusão de saber

→ CERTIS → Rur@LiA

9. Como implementar a A21L no litoral alentejano

→ Características específicas a ter em conta.

9.a. Quais os principais obstáculos à implementação da A21L no litoral alentejano?

→ Condicionantes à participação.

⇒ *«Quais as dificuldades mais frequentemente sentidas durante o processo de A21L?»*

9.b. Como financiar a A21L no litoral alentejano?

→ Oportunidades de financiamento comunitário, …

⇒ *«Quais as possíveis origens de financiamento para o processo de A21L?»*

9.c. Com que entidades locais poderão as autarquias estabelecer parcerias?

→ ADLs → ONGs → IPSSs

Em vez de referir entidades, referir grupos, projectos, e os respectivos directórios, e.g. endereços na Internet…

Detalhes sobre temas escolhidos

Análise (recolha e processamento de informação)

→ Planeamento estratégico complexo e exigente em informação. → Informação necessária. → Métodos de análise [participativa]. → Esquemas de análise, suas vantagens e riscos: SWOT, PSR, etc. → Princípios a respeitar na análise. → Indicadores.

⇒ *«Indicadores».*

⇒ *«Diagnóstico para a Sustentabilidade»*

Bases de dados

→ Importância do acesso fácil à informação. → Utilidade das bases de dados. → Custos. → Formas de acesso, suportes. → Recomendações.

⇒ *«Comunicação»*

⇒ *«Sítio na Internet»*

Comunicação

→ Necessidade de comunicação: informação necessária está dispersa por vários indivíduos… → Comunicação não é fácil, porquê. → Falhas na comunicação comprometem processo. → Comunicação como instrumento da mudança. → Formas de comunicação. → Possíveis falhas.→ Recomendações práticas. → Distribuição de responsabilidades. → Estratégia de comunicação e sua monitorização.

⇒ *«Sítio na Internet»*

⇒ *«Gabinete 21 (espaço de divulgação)»*

Diagnóstico para a Sustentabilidade

→ Objectivos. → Características (parcialmente conflitivas): abrangência, focalização, aproveitamento do que já existe, participação.

⇒ *«Análise (recolha e processamento de informação)»*

⇒ *«Participação pública»*

Fichas de Acção

→ Fichas de acção enquanto elementos estruturais do plano de acção. → Estrutura das fichas de acção. → Importância de indicar toda essa informação. → Exemplos.

⇒ *«Plano de Acção»*

Fórum 21[3] (fórum participativo)

→ Fórum 21 central na A21L. → Composição, representatividade, papel dos vários actores. → Um Gabinete Estratégico (Arraiolos) ou Grupo Dinamizador (Loulé) dentro do F21. → Relação com a autarquia. → Objectivos. → Funcionamento, regras de base, métodos de decisão, relatórios. → Poder vinculativo das decisões do Fórum.

⇒ *«Quais as etapas do processo de A21L?»*

⇒ *«Participação pública»*

Gabinete 21 (espaço de divulgação)

→ Gabinete 21 como instrumento de comunicação. → Finalidades, potencialidades. → Exemplos.

---

[3] A designação “Fórum 21” é uma das sugeridas pela TTerra e é bastante frequente no Brasil. Algumas designações alternativas: Assembleia 21 (TTerra), Fórum Ambiental, Fórum Participativo (Grupo de Estudos Ambientais da ESB/UCP).

⇒ *«Comunicação»*

Grupo de Trabalho 21 (GT21)

→ Papel e funções. → Composição. → Funcionamento, autonomia.

Indicadores

→ Definição. → Importância e usos. → Tipos de indicadores. → Alguns indicadores e grupos de indicadores/ aspectos a medir. → Critérios para a escolha dos indicadores.

⇒ *«Análise (recolha e processamento de informação)»*

Participação pública

→ Importância da participação pública, no diagnóstico, proposta de acções… e criação de parcerias. → Nem sempre fácil. → Mas muitas das dificuldades são ilusórias ou evitáveis. → Espectro (diferentes níveis). → Ambiguidade, vários modelos, diferentes expectativas. → Critérios e princípios a ter em conta ao preparar participação. → Escolha dos intervenientes. → Diversos mecanismos, vantagens e desvantagens. → Exemplos: → O Fórum 21. → Grupos de trabalho. → Facilitadores, seu papel, recomendações para sua intervenção. → Exemplo de funcionamento de fórum temático.

⇒ *«Quais as diferenças e os consequentes benefícios da A21L face a outros instrumentos de planeamento e ordenamento?» (A importância vital da participação pública.)*

⇒ *«Quais as dificuldades mais frequentemente sentidas durante o processo de A21L?» (Dificuldades na implementação da PP.)*

⇒ *«Fórum 21 (fórum participativo)» (Identificação dos actores locais.)*

⇒ *«Diagnóstico para a Sustentabilidade» (Um dos produtos da participação pública.)*

⇒ *«Plano de Acção» (Outro produto da participação pública.)*

Plano de Acção

→ Plano de Acção = A21L em sentido estrito. → Características que deve ter. → O processo de planeamento estratégico: → Complexidade, desafios; → Aspectos a ter em conta, recomendações. → Horizonte temporal. → Etapas do planeamento/ elementos do plano: → Visão estratégica; → Objectivos e sua priorização; → Metas; → Condições catalisadoras (triggers); → Acções: identificar de opções, escolher, compatibilizar, fichas de acção (breve referência). → Importância destes elementos, erros frequentes. → Adopção formal do plano.

⇒ *«Análise (recolha e processamento de informação)» (Diagnóstico que alimenta o Plano de Acção.)*

⇒ *«Participação pública» (Métodos para tornar a PP proveitosa.)*

⇒ *«Fórum 21 (fórum participativo)» (Fórum 21 enquanto estrutura de decisão, autor do Plano de Acção.)*

⇒ *«Quais as etapas do processo de A21L?» (Etapas da A21L são as etapas do planeamento estratégico.)*

⇒ *«Fichas de Acção» (Unidades constitutivas do PA.)*

Sítio na Internet

→ Funções do sítio na Internet. → Articulação com outras formas de comunicação. → Exemplos de sítios de A21Ls.

- ⇒ *«Comunicação»*
- ⇒ *«Diagnóstico para a Sustentabilidade»*
- ⇒ *«Fórum 21 (fórum participativo)»*

051116 — CONTEÚDOS DO GUIA ANTIGO

Introdução

Perguntas e respostas

10. O conceito de desenvolvimento sustentável

10.a. Em poucas palavras, o que se entende por "desenvolvimento sustentável"?

10.b. O desenvolvimento sustentável requer a observância de alguns "princípios da sustentabilidade". Quais são esses princípios?

Prevenção

Precaução

Poluidor-pagador

Trabalhar no interior do ecossistema

Preservação do capital natural

Participação pública e democracia; cooperação e parceria

Transparência

Integração

Consenso numa visão de longo termo

Subsidiariedade

Responsabilização

Definição de prioridades e orçamentação

Análise detalhada

Incorporação de monitorização, aprendizagem e melhoria

Aproveitamento de mecanismos e estratégias existentes

Aproveitamento e desenvolvimento dos recursos existentes

11. A urgência do desenvolvimento sustentável

11.a. Desde quando se fala de "desenvolvimento sustentável"?

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMH/UNCHE; 1972); Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA/UNEP; 1972)Cimeira de Paris (1972)

Acto Único Europeu (1986)

Relatório Brundtland: O Nosso Futuro Comum (1987)

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Cimeira da Terra): Declaração do Rio, *Agenda 21* (1992)

A Declaração do Rio consiste numa proclamação de 27 princípios centrados no desenvolvimento sustentável e na cooperação. Entre esses princípios – muitos dos quais já vinham referidos no Relatório Brundtland – têm especial relevância ao nível local, no contexto da sociedade ocidental,

- o Princípio 3, o qual estabelece o desenvolvimento sustentável como uma obrigação das nações signatárias, ao afirmar que "o direito ao desenvolvimento deve ser satisfeito indo equitativamente ao encontro das necessidades ambientais e de desenvolvimento das gerações presentes e futuras";
- o Princípio 4, segundo o qual "a defesa do ambiente deve constituir parte integrante do desenvolvimento, não podendo ser considerada separadamente deste";
- o Princípio 8, onde se afirma que os Estados deveriam reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo;
- o Princípio 10, que refere explicitamente a necessidade de participação pública, ao afirmar que "os problemas ambientais são melhor geridos com a *participação de todos os cidadãos interessados, ao nível relevante. (…) todos os indivíduos devem ter (…) a oportunidade de participar em processos de tomada de decisão. Os estados devem facilitar e encorajar o esclarecimento e a participação pública* (…)";
- o Princípio 15, onde se defende o princípio da precaução, segundo o qual, em situações de risco de impactos graves ou irreversíveis, o argumento da falta de certeza científica não deve ser usado para adiar medidas efectivas de prevenção da degradação ambiental;
- o Princípio 16, do poluidor-pagador;
- o Princípio 17, onde se advoga a avaliação de impacto ambiental de actividades que podem ter um impacto adverso significativo sobre o ambiente;
- o Princípio 20, onde se reconhece que a total participação das mulheres no desenvolvimento e gestão ambiental é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável;
- o Princípio 21, onde se salienta a necessidade de mobilizar a juventude.

Cimeira de Dublin (1990); na sequência dela, 5º Programa de Acção em Matéria de Ambiente (1992)

Tratado de Maastricht (Novo Tratado da União Europeia) (1992)

1ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis: Carta das Cidades e Vilas Europeias em Direcção à Sustentabilidade – Carta de Aalborg; Campanha das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis[4] (1994)

2ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis: Plano de Acção de Lisboa – "Da Carta à Acção" (1996)

Tratado de Amesterdão (1997)

3ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis: Declaração de Hannover (2000)

Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10): Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável [##_15]**, Plano de Implementação da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável** [##_16] **(2002)**

Inspirando o Futuro – Aalborg+10: Compromissos de Aalborg (2004)

[4] A designação original, "European Sustainable Cities and Towns Campaign" poderia ser traduzida para "Campanha das/de Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis", "Campanha das/de Cidades e Vilas Sustentáveis Europeias", "Campanha Europeia das/de Cidades e Vilas Sustentáveis", "Campanha das/de Cidades e Vilas Sustentáveis Europeia", etc.. Podemos encontrar várias destas expressões em diversos textos. Aqui optou-se pela expressão "Campanha das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis", utilizada em [0], e pela correspondente sigla CCVES.

11.b. Fala-se hoje de desenvolvimento sustentável como algo urgente. Quais as principais ameaças com que se depara a humanidade no presente, e por que razão são necessários novos modelos de desenvolvimento?

Malnutrição

Doenças

Crescimento demográfico

Consumo

Alterações climáticas

Escassez de água

Poluição

Deterioração de recursos naturais

Perda de biodiversidade

Perda de diversidade cultural

Interacções entre problemas ambientais, económicos e sociais

11.c. A busca do desenvolvimento sustentável tornou-se um compromisso nacional e internacional. Onde está estabelecido esse compromisso?

Declaração do Rio

Princípio 3 "O direito ao desenvolvimento *deverá* ser exercido por forma a *atender* equitativamente *às necessidades*, em termos de desenvolvimento e de ambiente, das gerações actuais e *futuras*."

Princípio 4 "Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a *protecção ambiental deve constituir parte integrante* do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente."

Princípio 8 "(…) os Estados *deverão reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e de consumo* (…)"

Princípio 15 "Onde existam *ameaças de riscos sérios* ou irreversíveis *não será* utilizada a falta de certeza científica total como razão para o *adiamento de medidas eficazes* em termos de custo para evitar a degradação ambiental."

Princípio 16 "As autoridades nacionais deverão esforçar-se por promover a *internalização dos custos* ambientais (…), (…) o princípio de que o *poluidor deverá* (…) *suportar o custo* da poluição (…)".

Princípio 10 "(…) assegurar a *participação de todos os cidadãos* interessados *ao nível conveniente*. Ao nível nacional, cada pessoa *terá acesso adequado às informações* relativas ao ambiente detidas pelas autoridades (…). Os Estados *deverão facilitar e incentivar a sensibilização e participação do público*, disponibilizando amplamente as informações."

Princípio 22 "As (…) *comunidades locais* desempenham um papel vital na gestão e desenvolvimento do ambiente devido aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deverão reconhecer e apoiar devidamente a sua identidade, cultura e interesses e tornar possível a sua *participação efectiva* na concretização de um desenvolvimento sustentável."

Princípio 21 "A criatividade, os ideais e a coragem da *juventude* de todo o mundo *deverão ser mobilizados* (…)"

Agenda 21 e a exigência de elaboração de Agendas 21 Locais

Campanha das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis

Outros compromissos e diplomas legais

11.d.De que forma podem as autarquias contribuir para o desenvolvimento sustentável?

Ordenamento e infraestruturas

Ordenamento do território e urbanismo

Equipamento rural e urbano

Transportes e comunicações

Ambiente e saneamento básico

Protecção civil

Habitação

Energia

Regulamentação

Estipulação de taxas e tarifas

Bem-estar e desenvolvimento humano

Promoção do desenvolvimento

Acção social

Educação

Defesa do consumidor

Saúde

Tempos livres e desporto

12. Caracterização da Agenda 21 Local

12.a.Em poucas palavras, o que é a "Agenda 21 Local"?

12.b.Quando surgiu o conceito de "Agenda 21 Local"?

12.c.Quais as características fundamentais de uma Agenda 21 Local?

12.d.De que forma se relaciona a Agenda 21 Local com outros instrumentos de planeamento e ordenamento?

Planos para a Sustentabilidade

Planos Municipais de Ambiente

Agendas 21 Locais **Planos de ordenamento do território e planos estratégicos**

Planos Directores Municipais **Planos Especiais de Ordenamento do Território** **Planos de Ordenamento da Orla Costeira** **Planos Regionais de Ordenamento do Território** **Mapas de Ruído** **Projectos individuais e sectoriais**

12.e. Quais as etapas do processo de Agenda 21 Local[5]?

Identificação dos elementos já existentes

Planeamento da estratégia, identificação de recursos necessários

Sensibilização

Visão de comunidade

Publicação e consulta

Alterações

Identificação de problemas e causas

Planeamento da acção

Publicação e consulta

Implementação

Avaliação e analise retrospectiva

13. Necessidade da Agenda 21 Local

13.a. Quais os benefícios da Agenda 21 Local?

13.b. Em alguns municípios têm sido elaborados outros planos (e.g. Plano Municipal de Ambiente, Plano de Desenvolvimento Sustentável, Plano Estratégico de Desenvolvimento) em lugar de uma Agenda 21 Local. Serão esses planos uma alternativa eficaz à Agenda 21 Local?

13.c. Existe algum compromisso assumido por Portugal ou pela União Europeia no sentido da elaboração de Agendas 21 Locais por todos os municípios?

14. O papel da autarquia

14.a. Qual o papel da autarquia no processo de Agenda 21 Local?

14.b. De que formas pode (e deve) a autarquia implementar, internamente, os princípios do desenvolvimento sustentável e o espírito da Agenda 21 Local?

15. Passagem à prática

---

[5] Por "processo de Agenda 21 Local" entende-se aqui toda a sequência de etapas desde a preparação da Agenda 21 Local até à sua revisão. Ver o comentário final na resposta à questão *«Em poucas palavras, o que é a A21L?»*.

15.a. Quais os principais recursos necessários para desenvolver o processo de Agenda 21 Local?

15.b. Como se inicia um processo de Agenda 21 Local?

15.c. Quais as dificuldades mais frequentemente sentidas durante o processo de Agenda 21 Local?

Sensibilização para o Desenvolvimento Sustentável

Obstáculos ao Desenvolvimento Sustentável

Comunicação

15.d. Quais os principais instrumentos e técnicas cuja utilização é necessária (ou recomendável) no âmbito de um processo de Agenda 21 Local? Quais as suas características?

Análise

Secretariado

Fórum ambiental

Propostas de acção

Instrumentos de desenvolvimento sustentável

Estruturas de comunicação

16. Apoios

16.a. Quais as possíveis origens de financiamento para o processo de Agenda 21 Local?

16.b. Quais as entidades actualmente mais habilitadas a prestar acompanhamento técnico a processos de Agenda 21 Local?

16.c. De que modo pode uma associação de municípios de fins específicos auxiliar os seus associados a desenvolver processos de Agenda 21 Local?

16.d. Existem algumas redes de municípios criadas para promoção da Agenda 21 Local, e outras cujos objectivos (e.g. desenvolvimento rural) são também da maior relevância. Quais as mais importantes?

16.e. Quais os municípios cujos processos de Agenda 21 Local estão mais adiantados e/ou estão a ser melhor sucedidos (portanto municípios em

melhores condições para inspirar e esclarecer os que agora se preparam para iniciar o processo)?

16.f. Onde se pode obter mais informação acerca da Agenda 21 Local e do desenvolvimento sustentável?

Documentos

Ferramentas de avaliação

17. Especificidades do Litoral Alentejano

17.a. Que mais pode ser dito especificamente para os municípios que constituem a AMAGRA?

Glossário

Referências[6] [7]

[##_25] AR [Assembleia da República] (1987): *Lei de Bases do Ambiente* (Lei n.º 11/87). http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LN_21_1_0001.htm; 2005-06-14.

[##_26] AR (1999): *Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro* (quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais). http://www.idesporto.pt/DATA%5CDOCS%5CLEGISLACAO%5Cdoc064.pdf; 2005-06-15.

[##_27] AR (2002): *Lei das Autarquias Locais* (Lei n.º 5-A/2002, altera a Lei n.º 169/1999). http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LN_22114_2_0001.htm; 2005-06-14. http://www.jf-lecapalmeira.pt/junta_leca/versao_pt/documentos/autarquias_locais.pdf; 2005-06-14.

[##_05] CCVES [Campanha das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis] (2000): *Declaração de Hannover de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI*.

---

[6] As entradas seguem o seguinte formato:

Livros:

Apelido, N.; Apelido, N.… (YYYY) [designação por extenso do autor, se entidade]: *Título* (tipo de documento); volume; páginas. Colecção (nº); edição. Editor (SIGLA); Editor (SIGLA)…. Localidade.
Tradução: Autores (YYYY)… Editor…
Como foi obtido / endereço na internet; data de obtenção.
Versão original (não traduzida):
Autor…

Artigos:

Apelido, N.; Apelido, N.… (YYYY): Título. *Jornal*; volume(nº); páginas.

[7] As citações, no texto, têm uma das seguintes estruturas (ou combinações delas)
[#: pN] [#: pN-M] [#: sA.B.C…]
onde # é o número da referência citada, N e M são números de página, e A.B.C… representa o número de uma secção.

Tradução: CIVITAS [Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis]. http://www.aalborgplus10.dk/media/hancall_portuguese.pdf; 2005-05-24.[8]
Versão original:
ESCTC [European Sustainable Cities and Towns Campaign] (2000): *The Hannover Call of European Municipal Leaders at the Turn of the 21st Century*. In: European Sustainable Cities & Towns Campaign – Key Documents 1994-2000. http://www.sustainable-cities.org/media/key_documents_2001_english_final_09-1-2003.doc; 2005-05-23.

[##_17] CCVES (2004): *Compromissos de Aalborg [Aalborg Commitments]*. http://www.aalborgplus10.dk/media/aalborg_commitments_portuguese.pdf; 2005-05-29.

[##_18] CE [Comunidades Europeias] (1987): Acto Único Europeu. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*; L 169.
Excerto obtido de http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LC_19875_1_0001.htm; 2005-05-24.

[##_01] CE (1992): Tratado da União Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*; C 191; 1.
http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treaties/dat/EU_treaty.html ou http://europa.eu.int/eur-lex/lex/RECH_reference_pub.do; 2005-05-23.

[##_22] CNUAD [Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento] (1992): *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*. http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_6180_1_0001.htm; 2005-06-07.

[##_02] Dalal-Clayton, B.; Bass, S. (2002): *Sustainable Development Strategies: A Resource Book*. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD); United Nations Development Programme (UNDP); Earthscan Publications. http://www.nssd.net/working/resource/indexa.htm; 2005-04-24.

[##_04] EC [European Community] (1990): European Council - Dublin, 25 and 26 June. *Bulletin of the European Communities*; 6/1990; 7-24. http://aei.pitt.edu/archive/00001401/01/Dublin_june_1990.pdf; 2005-05-19.

[##_06] Ferreira, M. (2003): "Doenças tropicais": o clima e a saúde coletiva. Alterações climáticas e a ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu, PR. *Terra Livre*; I(20); 179-191.
http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre20/terralivre20_cap12%20.pdf; 2005-05-05.

[##_07] ICLEI [International Council for Local Environmental Initiatives] (1994): *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade*.
Tradução: CIVITAS.
http://www.aalborgplus10.dk/media/charter_portuguese.pdf; 2005-05-26.
Versão original:
ICLEI (1994): *Charter of European Cities and Towns Towards Sustainability (the Aalborg Charter)*. In: European Sustainable Cities & Towns Campaign – Key Documents 1994-2000.
http://www.sustainable-cities.org/media/key_documents_2001_english_final_09-1-2003.doc; 2005-05-23.

[8] *Correcção*: a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Aglomerados Urbanos teve lugar em 1996, e não em 1997 como se afirma nestes dois textos.

[##_03] ICLEI (1995): *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local – Como implementar o planeamento ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade*; 102pp. Publicação da “Policy & Practice Series” do ICLEI.
Tradução: DGOTDU [Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano] (2000). Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa.
Adquirido na DGOTDU; 2005-05-22.

[##_08] ICLEI (1996): *The Lisbon Action Plan: From Charter to Action*. In: European Sustainable Cities & Towns Campaign – Key Documents 1994-2000.
http://www.sustainable-cities.org/media/key_documents_2001_english_final_09-1-2003.doc; 2005-05-23.

[##_19] ICLEI (2003): *Charter – As approved by the ICLEI Council in Athens, Greece on 7 November 2003*.
http://www.iclei.org/ICLEI/pdf/icleicharter_2003.pdf; 2005-05-31.

[##_21] MCOTA [Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente] (2002): *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2002 – Versão para Discussão Pública*; 71 pp. Instituto do Ambiente.
http://www.iambiente.pt/ngt_server/ngtifs/iFileDialog.jsp?path=//Servidor/5829/ENDS_dp.pdf&action=7; 2005-06-07.

[##_23] Mota, I. A.; Pinto, M.; Sá, J. V.; Marques, V. S.; Ribeiro, J. F. (2004): *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2005-2015*; 140 pp.
http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf; 2005-06-08.

[##_20] Presidência do Conselho de Ministros (2002): Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002. *Diário da República — I Série-B*; 51 (1 de Março de 2002); 1692.

[##_24] Ruas, F. (2005): *Intervenção do Presidente da ANMP*. In Seminário “Agenda 21 Local: sustentabilidade e municipalismo” (Centro Cultural Olga Cadaval, 25 e 26 de Janeiro de 2005). Sintra.
http://www.anmp.pt/anmp/div2005/age21/docs/a83.pdf

[##_09] Silva, M. (2003): *Alimentos Transgénicos – Um guia para consumidores cautelosos*; 182pp. Colecção “Campus do Saber” (3). Universidade Católica Editora.
Adquirido na Quercus-Aveiro; 2004.

[##_10] Soares, A. (2005): *Sustentabilidade Local: O Caso do Litoral Alentejano* (Tese de Doutoramento); 152pp. Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Lisboa.
Fornecido pela autora; 2005-04-08.

[##_11] UE [União Europeia] (1997): Tratado de Amesterdão que Altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que Instituem as Comunidades Europeias e Alguns Actos Relativos a Esses Tratados. Jornal Oficial da União Europeia; C 340; 1.
http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treaties/dat/amsterdam.html ou http://europa.eu.int/eur-lex/lex/RECH_reference_pub.do; 2005-04-28.

[##_12] UNCED (1992) [United Nations Conference on Environment and Development]: *Agenda 21*. United Nations General Assembly. New York.
http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21toc.htm; 2005 Fev.

Tradução disponível em
http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_21463_1_001.htm.
Resumo em
http://www.johannesburgsummit.org/html/basic_info/a21_final_summary.doc.

[##_13] UNCHE (1972): *Stockholm Declaration – Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. http://www.unep.org/dpdl/Law/PDF/Stockholm_Declaration.pdf; 2005-05-05.

[##_14] WCED (1987): *Our Common Future*; 400pp. Oxford University Press. http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf a partir de http://www.are.admin.ch/are/en/nachhaltig/international_uno/unterseite02330/ .

[##_15] WSSD [World Summit on Sustainable Development] (2002): *Johannesburg Declaration on Sustainable Development*. In: Report of the World Summit on Sustainable Development – Johannesburg, South Africa, 26 August – 4 September 2002; 1-5.United Nations. New York. http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/636/93/PDF/N0263693.pdf; 2005-05-25.
Resumo dos resultados da conferência em
http://www.johannesburgsummit.org/html/documents/summit_docs/2009_keyoutcomes_commitments.doc.

[##_16] WSSD (2002): *Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development*. In: Report of the World Summit on Sustainable Development – Johannesburg, South Africa, 26 August – 4 September 2002; 1-5.United Nations. New York. http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/636/93/PDF/N0263693.pdf; 2005-05-25.